



## ANÁLISE DA POBREZA NO MARANHÃO ATRAVÉS DO ÍNDICE DE POBREZA MUNICIPAL PARA O MARANHÃO (IPMM) NOS ANOS 2000 E 2010<sup>1</sup>

Talita de Sousa Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO:** Análise da pobreza no Maranhão através do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM). A fonte de dados foi o Censo Demográfico dos anos 2000 e 2010. As abordagens escolhidas foram a multidimensional e estrutural. As principais conclusões foram: a) houve uma redução da pobreza no estado e em todos os municípios; b) o desempenho dos municípios não foi homogêneo; c) o grau de pobreza mostra-se mais intenso nos municípios; d) as dimensões que mais avançaram foram acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e carências habitacionais e as que menos avançaram foram acesso ao trabalho e escassez de recursos.

**Palavras-chave:** Pobreza, índice, Maranhão.

**ABSTRACT:** Analysis of poverty in Maranhão through the Municipal Poverty Index for Maranhão (IPMM). The data source is the Census of 2000 and 2010. The starting point was the option for multidimensional approaches, for purposes of measuring the phenomenon, and structural determinations and to understand their ways of overcoming. Then it was decided to build a multidimensional indicator, because it is a more comprehensive measure. Next, a description of the index methodology has been described and the results obtained. The main findings were: a) a reduction in both poverty and the state of Maranhão in all municipalities, b) the performance of municipalities was not homogeneous, c) that the degree of poverty seems to be more intense in the municipal scale, d) dimensions that were more advanced access to the knowledge, child development and housing needs and those that were less advanced access to work and lack of resources. Keywords: Poverty, Índice, Maranhão.

**Key words:** Poverty, index, Maranhão.

<sup>1</sup> Este texto foi extraído da dissertação da autora, intitulada: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA NO MARANHÃO NOS ANOS 2000 E 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: talitadsn@yahoo.com.br

Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão

CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil

Fone(98) 3272-8666- 3272-8668



## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, mais precisamente, desde os anos 1980, a temática da pobreza tornou-se um assunto recorrente na pauta de estudos desenvolvidos por organismos internacionais, governos, bem como no meio acadêmico e em organizações civis.

Nesse período, verificou-se que o conceito científico sobre o fenômeno da pobreza evoluiu em direção a uma abordagem multidimensional e complexa. Além da renda, passou-se a utilizar índices sintéticos para mensurar a pobreza. Através dessas medidas, pode-se ter uma visão sistemática da dinâmica da pobreza nas esferas global, nacional, regional, estadual e municipal.

Todos os esforços para construção de índices de pobreza são bastante válidos para qualquer que seja a localidade, principalmente, em regiões com indicadores socioeconômicos tão precários como o Maranhão.

Os dados preliminares do Censo 2010 revelaram que o Maranhão é o estado mais pobre da federação com 1,7 milhões de pessoas têm renda mensal de até R\$ 70,00 (25,8% da população). (IBGE, 2011).

Este trabalho, então, consiste na elaboração de um Índice multidimensional da pobreza para os 217 municípios do estado do Maranhão, tomando como fonte de dados os Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010. Denominou-se o índice de Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).

## 2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMA DE MENSURAÇÃO DA POBREZA

Inexiste uma única forma de se caracterizar o fenômeno da pobreza. Ela pode ser analisada sob várias perspectivas teóricas ou abordagens encontradas na literatura sobre essa temática. Como afirma Silva (2002, p. 74):

[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico.

Neste trabalho, partiu-se de duas abordagens, consideradas, aqui, como centrais



para o estudo do fenômeno da pobreza: abordagem estrutural e abordagem multidimensional.

A **abordagem estrutural** busca a explicação para o fenômeno da pobreza em fatores externos ao indivíduo. Os pobres são afastados, parcial ou definitivamente, do mercado de trabalho não por uma decisão própria ou por desinteresse pelos valores da sociedade em geral. Pelo contrário, na realidade, acontece que “[...] na ausência de renda estável, de poder e de instrução, [os pobres] reconhecem que suas chances de promoção social são comprometidas e que estão condenados a viver por mais ou menos tempo em um contexto cultural no limite da exclusão social.” (PAUGAM, 2003, p. 52).

É no campo marxista que a Abordagem Estrutural tem seu principal expoente. As categorias que servem de base para a explicação da pobreza são: exploração; desigualdade; exército industrial de reserva; e alienação.

A ideia central é que a exploração é inerente ao modo de produção capitalista. O trabalhador, expropriado dos meios de produção, tem, como única forma de assegurar sua sobrevivência, a venda da sua força de trabalho. Essa relação converge para uma concentração dos meios de produção sob o controle de um restrito número de pessoas. Eis aí, a lei absoluta sobre a qual se assenta o regime de acumulação capitalista: a produção da mais valia. A mais valia nada mais é do que a apropriação pelo capitalista do excedente não pago ao trabalhador durante o processo de produção.

Junto com o aumento do capital, aumenta também a massa de pobres trabalhadores, a saber, trabalhadores assalariados, cuja força de trabalho se transforma em uma crescente força explorada a serviço do crescimento do capital. É a partir dessa relação antagônica e dependente que a pobreza é reproduzida como condição fundamental para a própria reprodução do capital.

A Abordagem estrutural conclui que a pobreza é fruto do modo de produção capitalista em que há a exploração do homem pelo capital, que as relações de produção da sociedade moderna não têm um caráter simples, ou seja, não compõem uma unidade, mas são contraditórias, a saber, as mesmas relações que produzem a riqueza também produzem a pobreza.

A evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma **abordagem complexa e multidimensional** do fenômeno. A questão da pobreza não é mais tomada apenas como insuficiência de renda refletida na necessidade mínima de assegurar a reprodução meramente física do indivíduo em situação de carência.

Essa abordagem passa a tomar forma com a emergência do conceito de



necessidades básicas que ganhou evidência por volta dos anos 1970. A pobreza assume um caráter multifacetado e passa a incluir tanto as necessidades de consumo privado (alimentação, vestuário e residência), como as necessidades correspondentes aos serviços sociais (saneamento básico, saúde, educação e outros mais). Estas necessidades básicas assumem caráter universal.

E, em fins da década de 1990, surge a uma nova forma de pensar a pobreza, através da privação de capacidades. Uma importante contribuição do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998. Esta maneira de apreender a pobreza leva em conta a liberdade, “[...] vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza.” (SEN, 2000, p.74).

As liberdades são focalizadas não simplesmente como os fins almejados pelo desenvolvimento, mas também como principais meios de alcançá-lo. Sen (2000) afirma que o fator gerador da fome e da miséria não é a falta de bens e sim a ausência de capacidades de obtê-los.

A vantagem da abordagem multidimensional é que ela permite que se leve em conta uma grande quantidade de problemas, tanto em termos de suas causas como consequências. Entretanto, a dificuldade dessa abordagem fica por conta das diversas carências e fatores socioeconômicos que estão interligados e associados a ela. Além disso, Silva (2012, p. 70) aponta como limite da abordagem multidimensional:

[...] o elevado grau de operacionalização [...] e, sobretudo, o limite estrutural quando a pobreza é considerada numa formação social capitalista que intrinsecamente se baseia na exploração e distribui de modo desigual as condições que podem possibilitar a geração de capacidades nos indivíduos.”

Por isso, no desenvolvimento do presente trabalho, adota-se a abordagem de pobreza compreendida numa perspectiva multidimensional para fins de mensuração do fenômeno, sem abrir mão da abordagem estrutural para compreender suas determinações e formas de superação.

Os **indicadores sociais** já possuem um papel importante na discussão política e social do cotidiano nacional e internacional. Políticos, organizações não governamentais, lideranças populares, jornalistas, dentre outros, utilizam de forma frequente os indicadores sociais para acompanhar e avaliar os avanços e retrocessos das condições de vida da população (LIMA, 2006).

No âmbito mais pragmático, “o Indicador Social é um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de





políticas públicas”. No âmbito acadêmico, o Indicador Social se mostra como o “elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos observados” (JANNUZZI, 2001)

Como afirma Jannuzzi (2001, p. 320), os Indicadores Sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas. Cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para bom encaminhamento do processo. Cada aspecto de uma política pública – recursos empregados, métodos de alocação de recursos, resultados – deve ser avaliado através de indicadores adequados.

Por isso, optou-se neste trabalho, pela elaboração de um índice multidimensional e municipal. Multidimensional, pela possibilidade de ser desagregável em vários aspectos da realidade (vulnerabilidade, conhecimento, trabalho, desenvolvimento infantil, escassez de recursos e condições habitacionais), a fim de atender às mais diversas áreas. Municipal, por ser o local onde as políticas são efetivadas.

### 3 METODOLOGIA DO IPMM E PRINCIPAIS RESULTADOS

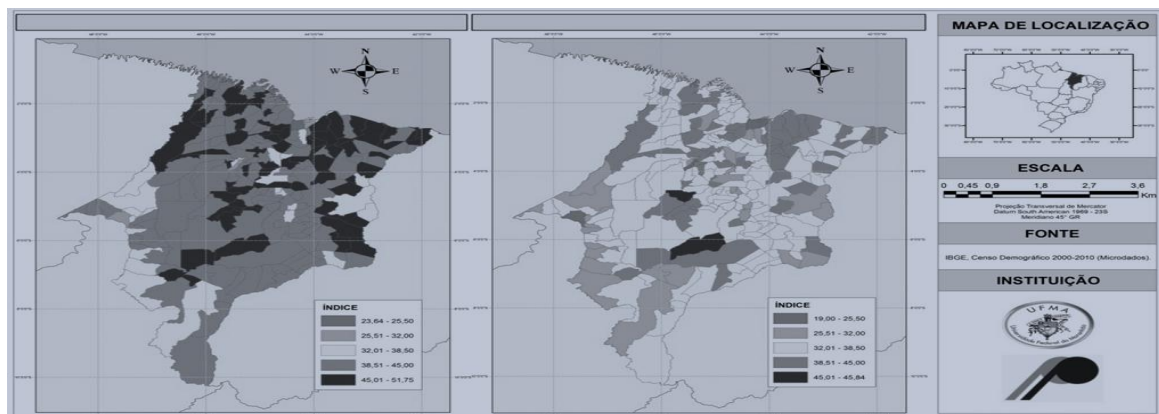
O Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM) foi inspirado no Índice de Pobreza Familiar (IPF) elaborado por Barros et al (2006). O IPMM, é formado por 6 dimensões, 23 componentes e 40 indicadores.

As seis dimensões analisadas foram: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais. O grau de pobreza varia entre 0 (sem qualquer traço de pobreza) e 100 (absolutamente pobres) (BARROS et al, 2006, p.16).

Tendo essa informação em vista, para melhor visualizar a dinâmica dos municípios, optou-se pela espacialização do Índice no **Mapa 1**, a seguir:



Mapa 1 – IPMM para os anos 2000 e 2010 Fonte: IBGE



De fato, todos os municípios apresentaram melhor IPMM em 2010, relativamente a 2000. Todavia, alguns registraram uma melhora bem modesta. Na **Tabela 1** estão os 10 municípios com maior grau de pobreza e os 10 com menor grau, em cada ano.

**Tabela 1 – Os 10 maiores IPMM e 10 menores IPMM – 2000 e 2010**

Ordem	2000		2010	
	Municípios	IPMM	Municípios	IPMM
	<b>Maranhão</b>	<b>37,33</b>	<b>Maranhão</b>	<b>30,54</b>
	Média	42,65	Média	35,66
1	Belágua	51,75	Marajá do Sena	45,84
2	Fernando Falcão	50,33	Fernando Falcão	45,42
3	Santana do Maranhão	50,20	Cachoeira Grande	42,70
4	Centro do Guilherme	49,77	Serrano do Maranhão	42,65
5	Santo Amaro do Maranhão	49,62	Santo Amaro do Maranhão	42,04
6	Pedro do Rosário	48,98	Jenipapo dos Vieiras	41,89
7	Jenipapo dos Vieiras	48,71	Primeira Cruz	41,79
8	Brejo de Areia	48,57	Pedro do Rosário	41,72
9	Formosa da Serra Negra	48,45	Humberto de Campos	41,49
208	Porto Franco	33,67	Pedreiras	26,86
209	Balsas	33,35	Porto Franco	26,83
210	Açailândia	32,76	Açailândia	26,67
211	Timon	32,62	Balsas	25,69
212	Pedreiras	32,46	Timon	25,65
213	Santa Inês	30,58	Santa Inês	25,25
214	São José de Ribamar	29,96	São José de Ribamar	22,37
215	Paço do Lumiar	26,95	Paço do Lumiar	21,62
216	Imperatriz	25,89	Imperatriz	20,64
217	São Luís	23,64	São Luís	19,00

Fonte: IBGE



#### 4 CONCLUSÃO

A principal conclusão a que se chegou com a construção do IPMM é que houve uma redução pobreza tanto no estado do Maranhão como em todos os municípios, quando comparados os anos 2000 e 2010. Constatou-se também, que o desempenho dos municípios não foi homogêneo. Enquanto em alguns o progresso foi bem acentuado, em outros houve apenas uma sensível melhora.

Ao analisar o Índice estadual com cada um dos Índices municipais, verificou-se que, apenas 22 municípios registraram um Índice de pobreza melhor que o estadual, em cada um dos anos em questão. O que permite concluir que o grau de pobreza mostra-se mais intenso na escala municipal do que na estadual.

Dentre as seis dimensões analisadas, apenas uma (acesso ao conhecimento) não apresentou municípios com uma pior situação em 2010, relativamente a 2000. Nas demais, pelo menos um município regrediu: acesso ao trabalho (87 municípios), escassez de recursos (38), carências habitacionais (3) e vulnerabilidade (1). Percebeu-se então, que as dimensões *fins* foram as que mais progrediram nos municípios, enquanto as dimensões *meios* foram as que mais regrediram.

O mau desempenho do acesso ao trabalho e da escassez de recursos, contrastam com o bom desempenho econômico do Maranhão nos anos 2010. Nesse período, o estado registrou um crescimento econômico superior ao do Nordeste e ao do Brasil. O crescimento do PIB nesse período foi de 63,2% e o da população foi de apenas 15,3%, revelando que houve um aumento da produtividade do estado na década.

Pode-se, então, afirmar que a evolução da pobreza no Estado na primeira década dos anos 2000 não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento econômico maranhense nesse período. Esteve sim, apoiada, em grande parte, nos programas sociais federais, na elevação das transferências diretas de renda para a população (acompanhadas das suas condicionalidades), nas Transferências Constitucionais para o Estado e para os municípios e, também, na política de valorização do salário mínimo. Tal evidência é refletida pelo desempenho negativo das dimensões acesso ao trabalho e escassez de recursos em muitos municípios, pela situação ainda grave da dimensão acesso ao conhecimento e pelo bom desempenho das dimensões desenvolvimento infantil, carências habitacionais e vulnerabilidade.

Ao chegar a essas conclusões, o IPMM mostra-se como um importante instrumento de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por permitir



captar as especificidades do Maranhão, como o estado mais pobre da federação, e dos seus municípios. Esse é o primeiro passo para se chegar a estratégias mais eficientes e eficazes de combate a pobreza.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirella; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Texto para Discussão n. 1227, IPEA. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jan 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família no Enfrentamento da Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, 184 p. jan./jun. 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

\_\_\_\_\_. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, abr/jun, 2005

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais na formulação de políticas públicas**. Disponível em <<http://www.cedepts.com.br/>>. Acesso em: 2 set. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Disponível em <<http://www.gestaosocial.org.br/>> Acesso em: 2 set. 2011b.

JANNUZZI, P. M. & PASQUALI, F. A. Estimção de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.75-94, 1999.

LIMA, Roberval Felipe Pereira de. **Espacialização dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – por cartogramas corocromáticos estatísticos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/Santa Catarina, 2006.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: um ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.